



ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JACIARA, MT: CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA CACHOEIRA DA MULATA

Isnara Maier de Almeida¹; Kelly Mayara Santos Araújo²; Maria Glória Souza de Oliveira³; Ademil Domingos do Nascimento⁴

Instituto Federal de Mato Grosso, Campus São Vicente, Centro de Referência de Jaciara, curso Licenciatura em Ciências da Natureza; ^{1,2,3}Discentes; ⁴ Biólogo, Docente-Orientador. ademil.nascimento@svc.ifmt.edu.br

Resumo: Desde a década de 1970 quer os governos e sociedade vêm tentando implementar políticas ambientais para preservação mais efetiva dos recursos naturais do planeta. Uma dos instrumentos mais utilizados é o ecoturismo, aliado à educação ambiental. Jaciara, em Mato Grosso, é uma cidade com enorme potencial ecoturístico, pois se localiza no Vale do São Lourenço, uma região com inúmeras cachoeiras, riachos, fontes de águas termais e trilhas, ou seja, locais apropriados para o ecoturismo e para a prática de esportes junto a natureza, como canoagem, rafting, rapel, ciclismo, além do descanso e relaxamento dos visitantes. Foi realizada uma visita num desses atrativos turísticos para caracterização das condições ambientais. Apesar de existir legislação municipal para ações de preservação ambiental e programas de educação ambiental da população local e de visitantes, ainda encontramos diversos tipos de resíduos sólidos ao longo dos locais de acesso e nas margens dos rios e riachos, mesmo com pelo menos um local apropriado para serem depositados, demonstrando que as ações de ambientais precisam continuar a ser trabalhada junto à população e aos turistas para que as belas paisagens cênicas e locais de lazer sejam preservadas a longo prazo.

Introdução

A conservação da biodiversidade tem sido uma das questões cruciais para os países em desenvolvimento, que possuem uma grande e rica diversidade biológica e desde a década de 70 que se discute alternativas para proteção e utilização sustentável desses recursos naturais (Oliveira et al, 2010). Os anos noventa marcaram mudanças significativas no debate internacional sobre os problemas ambientais e a atenção do planeta para a crise ambiental, despertada inicialmente em Estocolmo em 1972, atingiu seu ponto culminante no Rio de Janeiro (Guimarães & Fontoura, 2012), durante a Eco-92, em mais um encontro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (PNUMA). Há um reconhecimento do esgotamento do estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador (exaurindo a base natural de recursos), socialmente perverso (gerando pobreza e desigualdade), politicamente injusto (congelando a escassez relativa e absoluta no acesso aos recursos), eticamente reprovável (desrespeitando as formas de vida humana e não-humanas) e culturalmente alienado (produzindo o estranhamento entre os seres humanos e subjugando a natureza), pois em muitos setores públicos e privados, os princípios de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável são ainda considerados uma restrição para o crescimento econômico (Guimarães & Fontoura, 2012). Todos estes fatores têm sido considerados nestas discussões mundiais periódicas, mas o termo desenvolvimento sustentável (com base nos pilares econômico, ecológico e social), a vertente econômica, tem sido imperadora nas tomadas de decisões.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Em relação aos recursos naturais (apenas a fonte de todos os bens e serviços disponíveis no planeta), uma das formas foram criar “áreas protegidas” com a finalidade de garantir a perpetuação dos recursos em espaços delimitados e caracterizados em termos de diversos fatores do ambiente relacionados às florestas, a rede hidrográfica, a fauna, a geologia (Oliveira et al, 2010). No entanto, ainda há muito que ser feito para a preservação adequada destas áreas naturais e uma das ações mais utilizadas são as atividades ecoturísticas, inserindo a educação ambiental durante o momento de visitação e contemplação. Ruschmann (2004) ressalta que o turismo nos espaços naturais não é apenas modismo de uma época e que a opinião pública tem se conscientizado, cada vez mais, da necessidade de se proteger o meio ambiente. As unidades de conservação (UC’s) apresentam-se importantes não somente para a proposta de recuperação de área degradadas como também para a educação ambiental (EA) pois representam uma alternativa interativa, prazerosa, eficiente e dinâmica para o melhor aprendizado e sensibilização dos estudantes e comunidade à preservação ambiental, pois permite o contato direto com a ideia de sustentabilidade (Souza et al, 2015).

Jaciara, uma cidade com enorme potencial ecoturístico, está distante apenas 145 Km da capital mato-grossense, Cuiabá. Na cidade se encontram diversas cachoeiras, riachos, fontes de águas termais e trilhas. Estes locais são apropriadas para esportes junto à natureza, como canoagem, rafting, rapel, ciclismo e diversas outras competições esportivas ou apenas descanso e relaxamento dos visitantes (figura 1). Além de toda beleza cênica, há uma rede hoteleira e clubes aquáticos bastante atrativos.



Figura 1: Rafting no Rio Tenente Amaral, Jaciara/MT. (fonte: nativão.com.br)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Desta forma, buscou-se fazer uma análise das condições ambientais numa área turística da cidade de Jaciara e coleta de resíduos. O primeiro local a ser visitado e analisado foi a Cachoeira da Mulata, um dos pontos com acesso gratuito da região.

Metodologia

Foi realizada uma visita *in loco* num ponto turístico para caracterizar as condições ambientais do ponto turístico, observar e coletar os resíduos deixados pelos visitantes. A visita ocorreu em uma segunda feira, após o movimento do final de semana. Também foram feitas observações com relação à sinalização ou placas educativas.

Resultados e Discussão

O primeiro local a ser visitado foi a Cachoeira da Mulata, distante aproximadamente 12 km da cidade de Jaciara. A visita e coleta de resíduos foi realizada pela equipe do Conselho de Meio Ambiente do município, juntamente com estudantes do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do Centro de Referência de Jaciara, do Instituto Federal de Mato Grosso (Figura 2). Por ser um local bastante exuberante e ainda ser um local onde não há taxa para visitação, há uma boa procura da população e turistas. Logo na entrada, se observa uma obra inacabada da prefeitura, o que seria um centro de informações ao visitante. Como em outros locais naturais de riachos e cachoeiras com livre acesso e sem uma estrutura adequada (instruções, placas, cestos de lixo, etc) é fácil observar diversos resíduos espalhados ao longo dos diversos locais de lazer e banho deixados pelos visitantes: garrafas de vidro e de plástico (pet), copos de plástico, embalagens diversas, absorventes, fraldas descartáveis, entre outros. Pereira et al (2014) constatou, em uma visita no mesmo local, que todos os tipos de resíduos sólidos são deixados às margens dos rios e ao longo das trilhas que dão acesso às cachoeiras e que seguramente acabam dentro das águas, sendo levadas pelas enxurradas. Além disso, há indícios de realização de churrascos, deixando um aspecto desagradável para os turistas que chegam ao local. Segundo Pereira et al, (2014), os cidadãos degradam e contaminam tanto o solo como a água dos rios que compõem todo um complexo hídrico, inclusive lavando carros e motos, dentro dos rios, contaminando o curso d'água com produtos químicos como combustíveis, óleo lubrificante e outros poluentes. Há relativamente poucas placas alertando ou sensibilizando os visitantes quanto ao uso de forma adequada do local. A mata ciliar é irregular e demonstra ter sofrido impactos, não impedindo processos erosivos na trilha de acesso e possibilitando que se acentue o assoreamento do córrego.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

-
- IX – Mata ciliar do Rio São Lourenço;
-
- X – Mata ciliar do Rio Prata, lado esquerdo;
-
- XI – Mata ciliar, cabeceira e cachoeira do Córrego Olho D’água
-
- XII – Mata ciliar e cabeceira do Córrego Água Grande;
-
- XIII – Sítio Arqueológico Vale das Perdas.
-

A lei municipal alerta, no artigo 9, que o lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos: I- impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde; II- inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público; III- danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade, além das punições correspondentes. Pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9985/2000), observa-se uma maior proteção e atuação nas APA’s, mas pequenos municípios com áreas ou regiões turísticas, como é o caso do Vale do São Lourenço, devem ter ações ambientais mais eficientes com vistas à preservação das paisagens cênicas e beleza natural, fomentando o ecoturismo e gerando renda à população do entorno. Nessa região, registra-se nos finais de semana de 200 a 300 turistas/dia nos finais de semana na baixa temporada, alcançando até 800 frequentadores/dia nos meses de férias escolares, feriados e alta temporada (Pereira et al, 2014). Muitas vezes, as prefeituras de pequenos municípios encontram dificuldades para fazer a gestão ambiental de suas riquezas naturais, seja por problemas financeiros, seja por carência de recursos humanos.

A EA está presente na lei municipal como instrumento para a política ambiental de proteção ambiental (Art. 117), definida como processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida (artigo 121), devendo ser realizada em nível escolar (formal) e não escolar (informal) e junto a toda comunidade buscando a preservação, defesa e melhoria do meio ambiente (artigo 122). Souza et al (2015) argumenta que as UC’s têm excelente potencial para realizar ações de sensibilização ambiental através da EA, mas apesar de haver planejamento para atividades deste tipo, muitas vezes isso ainda não é plenamente efetivado. Entendemos que o argumento da autora pode ser estendido também às APP’s. Em resumo, na lei municipal há todos os instrumentos legais para se preservar o meio ambiente da região mas, percebemos pela visita realizada, que a população ainda precisa ser educada ambientalmente, com vistas a preservar as riquezas naturais que existem e que ela mesma faz uso para o seu lazer.

Conclusões

A legislação do município está de acordo com as políticas nacionais de meio ambiente, mas como em outras cidades pequenas, carece de recursos financeiros e humanos para efetivar de forma permanente a política ambiental municipal. Assim, os locais que deveriam ser preservados e utilizados para atrair turismo e renda para a região, além de não serem utilizados de forma adequada para a efetivar as políticas de educação ambiental correm o risco de perder a bela paisagem cênica natural.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.985/2000, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC**. Brasília, 18 de julho de 2000.

Guimarães, Roberto & Fontoura, Yuna. **Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas**. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3: 508–532. Rio de Janeiro. 2012.

Jaciara, Prefeitura Municipal. Lei nº 1160, de 06 de abril de 2009. Dispõe sobre a **Política de Proteção Ambiental do Município de Jaciara**, e dá outras providências.

Oliveira, Fagno Tavares de. **Ecoturismo no Rio Puraquequara: Suporte Para Inclusão Social e Proteção Ambiental**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (2): 283-295, 2010.

Pellaud, Francine. **Concepções, paradigmas e valores para o desenvolvimento sustentável**. ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências, Vol. 04: nº 2. 2002.

Pereira, Eva Aparecida et al. **Ensino de Ciências e Sensibilização em Defesa da Conservação da Cachoeira da Mulata**. UNOPAR Cient., Ciências. Humanas Educacionais, Londrina, v. 15, nº esp: 411-417. 2014

Ruschmann, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

Souza, Ana Paula Arruda de, et al. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Um potencial ainda pouco explorado**. III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica – Diversidade, Cidadania e Inovação. Recife, PE. 2015.